



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 16 | Nº. 31 | Jul./Dez. de 2024

Gabriela Cruz Abreu

Universidade Regional do Cariri / URCA.

gabrielaabreu@id.uff.br

DAS POLÍTICAS DE ESQUECIMENTO AO NEGACIONISMO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA.

RESUMO

A Ditadura Militar brasileira é um passado sensível e mobilizador de emoções, ressentimentos e disputas narrativas na cena pública. Entretanto, na última década o episódio foi alvo constante de negacionismos históricos, especialmente através das redes sociodigitais. Assim, este artigo busca refletir acerca desses negacionismos sobre os anos de chumbo e sua disseminação na sociedade.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Negacionismo; Políticas de Esquecimento.

ABSTRACT

The Brazilian Military Dictatorship is a sensitive past that mobilizes emotions, resentments, and narrative disputes in the public arena. However, in the last decade, the episode has been the constant target of historical denialism, especially through socio-digital networks. Thus, this article seeks to reflect on these denials about the years of lead and their dissemination in society.

Keywords: Military Dictatorship; Negationism; Policies of Oblivion.

Introdução

Inicialmente, é importante salientar que busco abordar e debater neste artigo a presença de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar brasileira na cena pública e o seu crescimento exponencial nas mídias digitais na contemporaneidade, especialmente na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube. As problemáticas em torno do passado ditatorial existem desde o golpe de 64, entretanto nos últimos anos, esse passado foi alvo constante de uma política negacionista altamente articulada e pautada em usos abusivos da história.

Nesse sentido, considero de suma relevância compreender o conceito de negacionismo e a origem do termo para perceber como ele se estrutura nos discursos conservadores existentes na atualidade e como o termo sofreu mutações ao longo dos anos, sendo utilizado inicialmente para se referir ao Holocausto nazista e perpassando, nos dias atuais, por temas como a História, o meio ambiente e a ciência.

Sendo assim, é notório que as plataformas digitais e as redes sociais têm exercido um papel de protagonistas na disseminação em massa desse tipo de negacionismo histórico. A influência desse cenário midiático, da utilização de algoritmos e fake news auxilia na proliferação desses discursos, como também fornece espaço para diversas pessoas utilizarem o anonimato e disseminarem esse conteúdo nas redes, por meio de comentários e publicações.

Portanto, é pertinente entender o fenômeno que a Internet se tornou no tempo presente e seu grande poder de engajamento de massas, legitimando assim, o compartilhamento de narrativas negacionistas e mentirosas sobre os anos de chumbo e colocando em disputa grande parte da produção historiográfica sobre o período ditatorial. Fato esse que corrobora com a ignorância histórica e o esquecimento desse passado sensível da parcela da sociedade que consome esse conteúdo.

No mais, a fim de refletir sobre essa temática, utilizaremos como fonte de análise primordial neste artigo o canal do Youtube “Lobo Conservador” para entender como esse veículo midiático se utiliza dos usos públicos e políticos da história para criar vídeos negacionistas e compreender que efeitos esse conteúdo causa em parte da formação social que o consome. Vale pontuar que

o canal foi criado em 2017, ano que precede as eleições de 2018, cujo cenário político do país estava marcado por grande efervescência de discursos de ódio e as narrativas negacionistas sobre Ditadura Militar encontravam-se no centro do debate.

Por essa perspectiva, evidencia-se, ao longo deste trabalho, a importância de se estudar e debruçar-se sobre a história do tempo presente e os usos do passado na contemporaneidade, que têm sido, em grande medida, abusivos e cujas finalidades se destinam a questões ideológicas e políticas. Então, é válido refletir que “a maneira de ver o tempo, aqui o tempo presente, constitui um elemento essencial de compreensão de uma dada sociedade, em um dado momento”, como afirmou o historiador Henry Rousso (2016, p. 23).

Negacionismo e esquecimento: um é subproduto do outro?

“As elites simplesmente decidiram que “a página da história deve ser virada” – sem antes ter sido escrita” (Seligmann-Silva, 2022, p. 195). Esse apontamento feito pelo professor Márcio Seligmann-Silva demonstra exatamente as questões que pretendo debater neste artigo sobre as políticas de esquecimento. O discurso dos apoiadores do golpe de 64 foi, desde a implementação da Lei de Anistia em 1979, a narrativa do apagamento e do esquecimento. “Vamos enterrar esse passado”. “O importante agora é seguir em frente”. “Não adianta remoer o que aconteceu”.

As frases destacadas acima são recorrentes na narrativa de abrandamento do passado ditatorial, comumente utilizada pela elite e, recentemente, pelo atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva em pronunciamento sobre a efeméride de 60 anos do golpe. O Presidente, além de afirmar que não vai “remoer o passado”, ainda cancelou o ato que havia sido planejado pelo Ministério dos Direitos Humanos em memória às vítimas do regime ditatorial (Balza, 2024).

Contudo, há um ponto de inflexão que precisa ser questionado: como enterrar um passado cuja grande parte das vítimas da violência do Estado não foram enterradas e seguem desaparecidas até hoje? Como esquecer um passado em que os culpados jamais foram julgados ou punidos? Houveram responsáveis, mas jamais houve uma responsabilização.

É pertinente ressaltar que, cito a frase do Sr. Presidente para refletirmos sobre como os discursos de esquecimento dos anos de chumbo têm sido mobilizados pelo Estado, mesmo sob um governo de esquerda, cujo partido já elegeu uma presidenta ex-guerrilheira e vítima da violência e repressão ditatorial. Contudo, não é viável compararmos a fala do presidente Lula com a política negacionista arquitetada pelo governo anterior de Jair Bolsonaro, cuja agenda de governo continha a negação como uma pauta constante. Pois, “o bolsonarismo não criou a negação como uma pauta prática política, mas se apropriou da potência de seus usos como nem um candidato conseguiu” (Meneses, 2020, p. 53).

Com isso, evidencia-se a necessidade de uma virada mnemônica com relação a esse passado sensível da Ditadura Militar que, devido ao trauma e à falta de trabalhos de memória em cima desse período por parte do Estado e da própria sociedade civil, tornou-se um passado que não passa, uma ferida sempre aberta. As políticas de esquecimento e os discursos de abrandamento do episódio mantêm essa ferida sangrando. Ainda segundo Seligmann-Silva, “não é por falta de testemunhos, de obras de historiografia, de filmes, de obras musicais e das artes visuais que não ocorre a virada mnemônica com relação ao período da ditadura no Brasil” (Seligmann-Silva, 2022, p. 194).

Por essa perspectiva, se faz necessário pensar, para além das narrativas de esquecimento, sobre o próprio negacionismo desse passado. Vale destacar que o conceito de negacionismo é elaborado no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em meados dos anos 1980 pelo historiador francês Henry Rousso e nesse momento, o termo negacionismo era utilizado para se referir apenas aqueles negadores do Holocausto nazista (Valim, Bevernage, Avelar, 2021).

Desde sua emergência, o termo já fazia referência a discursos e afirmações que confundem, relativizam, negam, instauram controvérsias, difundem teorias da conspiração, manipulam informações e dados consolidados da produção do conhecimento e da informação. Todavia, esses discursos negacionistas, difundidos inicialmente na França, logo começaram a ser exportados para outros países da Europa como Inglaterra e Alemanha, até chegar nos outros continentes.

No Brasil, o negacionismo passou a ser conhecido na esfera pública por meio de discussões sobre o livro *“Hitler’s War”* do David Irving, um negacionista inglês, desenvolvidas em jornais de grande circulação como a Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil. Dez anos após essa aparição inicial do negacionismo no cenário brasileiro, por volta de 1987, começam a surgir teses negacionistas de autores brasileiros.

Assim sendo, com a fundação da Revisão Editora LTDA no Rio Grande do Sul, pelo gaúcho Siegfried Ellwanger, a leitura tortuosa do passado passa a ser promovida e publicada em livros com ideias de negação do Holocausto. Além de Ellwanger, outros nomes como Sérgio Oliveira e Marco Pólo Giordani também fizeram publicações negacionistas nessa editora (Caldeira Neto, 2009). Logo, a negação do passado entrou na cena pública brasileira por meio do tema do Holocausto, porém, encontrou na realidade do país um passado tão sensível quanto e com grande potencial de mobilização de sentimentos: a Ditadura Militar.

“Revolução de 64”. “Movimento de 64”. “Foi um mal necessário para que os comunistas não dominassem o país”. “Não houve corrupção no regime militar”. “A população queria que os militares assumissem o poder”. “Os militares salvaram o Brasil com o milagre econômico”. Essas são algumas narrativas comuns presentes na esfera pública brasileira nos dias atuais, especialmente, nas redes sociais e se caracterizam, para além de narrativas de esquecimento, como narrativas de negação sobre o passado ditatorial.

Assim, observamos grande parte dessas narrativas em páginas nas redes sociodigitais ou em vídeos de canais do Youtube como o “Brasil Paralelo” e o “Lobo Conservador”, cujos vídeos serão analisados no tópico seguinte deste artigo. Dessa forma, o que ocorre nesse tipo de produção é a propagação de uma história ordinária, conceito debatido pela historiadora Sônia Meneses (2019).

Conforme a autora, história ordinária é aquela narrativa produzida por meio da mídia para atingir e ser consumida por grandes audiências e que se apropria dos usos do passado de maneira rasa e relativista. Sendo assim, a produção de uma história ordinária tem como objetivo entreter e divertir quem a consome, ao invés de instigar reflexões válidas sobre a historiografia e sobre os acontecimentos de outras temporalidades que geram indagações sobre o contexto social atual.

Essa história ao ser ensinada, mantém as estruturas desiguais da sociedade, desqualifica o papel do professor, coloca em disputa as pesquisas históricas e coíbe pensamentos críticos acerca dos processos históricos. Esse tipo de produção ordinária é chamado pela autora de uma apropriação conservadora sobre o passado e, necessariamente, sobre a história. Diante do exposto, percebe-se como o negacionismo é prejudicial ao conhecimento histórico e coloca, constantemente, suas premissas e pesquisas em disputa constante. Posto que, nesse tipo de negacionismo histórico, seus propagadores desqualificam a produção historiográfica, manipulam as fontes e acusando os pesquisadores e pesquisadoras de imparcialidade.

Contudo, é necessário discutir um ponto de inflexão relevante no que tange a discussão sobre a profusão de negacionismos na esfera pública e a adesão de grandes massas sociais a essas narrativas. Se faz preciso refletir acerca de uma distinção conceitual e objetiva entre aqueles que financiam a negação e se beneficiam dela com finalidades políticas e econômicas e aqueles que a consomem, deliberadamente, e são utilizados como massa de manobra. Esse segundo grupo, se encontra em um estado coletivo de negação, aderindo aos negacionismos, fake news e teorias da conspiração.

É importante salientar que, esse “público”, adepto às versões negacionistas da história, pode realmente demonstrar entusiasmo e fascínio pelo passado, mas não necessariamente pelo conhecimento historiográfico ou pelos historiadores e historiadoras. Lembremos que, se as maneiras de discursar sobre história de um profissional da área, um professor ou um youtuber são diferentes, elas também podem ser recebidas de formas diversas por seus públicos, assim como a historiografia acadêmica e escolar não são as únicas que circulam na esfera pública. Somadas à essas narrativas ainda se tem as memórias, outros tipos de produções e os usos políticos do passado, com finalidades ideológicas e midiáticas (Nicolazzi, 2019).

Outrossim, fica evidente que as práticas negacionistas possuem relação intrínseca com as políticas de esquecimento comandado de maneira abusiva, conjuntura essa que tem favorecido a ampliação de discursos negacionistas. Portanto, as políticas de esquecimento garantiram um cenário propício para o surgimento e dissipação da negação, inclusive, uma das grandes problemáticas em torno da presença desses negacionismos na cena pública brasileira é a

disputa criada por esses negadores com a produção histórica acadêmica, em um objetivo de rivalizar as “versões sobre o passado” e deslegitimar o conhecimento histórico.

O canal “Lobo Conservador” e sua produção negacionista sobre a Ditadura Militar

Como foi mencionado anteriormente, muitos canais de comunicação e plataformas da Internet têm sido responsáveis pela disseminação em massa de conteúdo negacionista na cena pública brasileira. Por esse ângulo, evidenciamos a produção de materiais midiáticos do canal do Youtube denominado “Lobo Conservador”. O canal em questão apresenta esse perfil de produtor e difusor de narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar brasileira e sobre inúmeros outros fatos históricos, como nazismo, guerras na Idade Média, movimento integralista brasileiro, marxismo entre outros.

A criação do canal acontece, justamente, em meio a um contexto de avalanche de negacionismos e difusão de ideias conservadoras na Internet, como já foi citado. O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro que na época estava iniciando suas campanhas eleitorais para concorrer à presidência, fez alusão à Ditadura de 64 em diversos momentos, exaltando o torturador Brilhante Ustra e divulgando o seu livro repleto de negacionismos. Inclusive, segundo dados do Estadão, a cada quatro pronunciamentos que Bolsonaro fez no plenário da Câmara enquanto era deputado, um menciona a Ditadura Militar ou eventos relacionados, como o Golpe de 1964, a Lei da Anistia e a Comissão da Nacional da Verdade (Menegat, 2019).

Ao longo da análise e catalogação de vídeos do canal “Lobo Conservador” foi observado que muitas teses de cunho negacionista levantadas nas produções do canal são comuns entre as correntes negacionistas presentes na sociedade. Correntes essas que derivam, em sua grande maioria, dos pensamentos difundidos por Carlos Brilhante Ustra em seu livro “A Verdade Sufocada”, que chegou a ser o sexto livro de não-ficção mais vendido no Brasil, segundo dados da Folha de São Paulo (Meireles, Genestreti, 2016) e dos escritos de Olavo de Carvalho, um ensaísta brasileiro que divulgou suas proposições negacionistas em colunas de jornal, livros e, principalmente, nas redes sociais.

A suposta ameaça comunista e o “perigo vermelho” fazem parte dessa gama argumentativa para justificar os 21 anos de regime autoritário no Brasil. O anticomunismo, embora sua utilização tenha sido recorrente na historiografia, é um tema ainda escasso em pesquisas, são poucos os trabalhos que se propõem a analisá-lo como um todo. Apesar de que, o discurso anticomunista foi utilizado em inúmeros momentos históricos, inclusive no tempo presente, para legitimar reações conservadoras e reacionárias (Silva, 2012, p. 199).

Além disso, o discurso anticomunista forneceu, perfeitamente, um alibi ideológico para justificar os golpes militares não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina também, sob a justificativa de que a democracia seria incapaz de conter o avanço do “perigo vermelho”. Segundo o historiador Rodrigo Patto S. Motta (2020) é indubitável que o anticomunismo foi um elemento aglutinador de diversos setores da sociedade no apoio ao golpe militar de 1964.

Ademais, sabe-se que a questão do anticomunismo estava inserida em um contexto geopolítico complexo na segunda metade do século XX com a Guerra Fria. Diante de tal circunstância, e da Revolução Cubana anos antes, em 1959, os Estados Unidos construiu a narrativa de combate ao comunismo em toda a América Latina, financiando golpes de Estado no Brasil, no Chile, na Argentina e em outros países do cone sul-americano. A intervenção política e imperialista dos EUA no Brasil foi decisiva para a queda do governo de João Goulart em 1964 (Coggiola, 2001).

Além disso, sabe-se que a imprensa também teve um papel fundamental na construção do ódio ao comunismo na opinião pública, pois “a participação ativa dos oligopólios de mídia na derrubada do presidente João Goulart (1961-1964) é fato histórico documentado” (Lima, 2015, p. 94). Duas instituições foram amplamente estimuladas financeiramente por interesses empresariais nacionais e internacionais para promover e articular a propaganda anticomunista no Brasil: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

Logo, em junho de 1964, os militares criaram o Serviço Nacional de Informações (SNI), sob idealização e chefia inicial do general Golberi do Couto e Silva. O objetivo primordial do SNI era o de “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”, atuando por conta própria na “luta contra o

inimigo interno” (Fausto, 2019, p. 399-400). O SNI foi uma criação e um subproduto da Doutrina de Segurança Nacional, cuja indicação elementar era o combate interno ao comunismo (Fico, 2004, p. 38).

A concepção de inimigo interno durante o regime ditatorial também é um aspecto importante do combate ao comunismo, que se deu em inúmeras esferas da sociedade, não apenas no âmbito militar, mas também no político, econômico e psicossocial (Quadrat, 2012). A historiadora Samantha Viz Quadrat (2012) disserta sobre esse ponto:

“Uma das principais alterações da doutrina consistia na formulação do conceito de inimigo interno. O que deveria ser combatido não era mais um exército com outra bandeira ou outra farda, mas sim uma ideia. A mudança na concepção de inimigo também acabou gerando a percepção da necessidade de novas estratégias de combate. Com isso, as Forças Armadas dos países que adotaram a doutrina da segurança nacional passaram a intervir cada vez mais na vida política e a fazer altos investimentos na área de informação e segurança interna” (Quadrat, 2012, p. 21).

Logo, se torna evidente que o ódio e o combate ao comunismo se deu para além da perseguição a militantes de esquerda, mas no combate a uma ideia como um todo. Por isso, a repressão aos meios artísticos, culturais e a intervenção na educação e nas escolas, retirando dos currículos disciplinas como História e substituindo por “moral e cívica”. O anticomunismo e a Doutrina de Segurança Nacional combatiam o “inimigo interno” em seus mais diversos âmbitos, não apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus dirigentes, por exemplo.

Dessarte, o discurso anticomunista tornou-se recorrente na cena pública brasileira até os dias atuais. Porém, não é mobilizado na atualidade da mesma forma que foi no século XX, devido às diferenças contextuais de temporalidade e conjuntura política. Todavia, o ódio ao comunismo foi direcionado, no Brasil contemporâneo, para o ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido de esquerda de maior atuação no cenário político brasileiro. Assim, o antipetismo é extremamente mobilizado nos dias atuais pelos grupos conservadores e extremistas, bem como pelos veículos de mídia e plataformas digitais que apoiam esses grupos, como a Jovem Pan, o canal “Brasil Paralelo” e as redes sociais de Olavo de Carvalho.

Logo, pode-se dizer que o antipetismo serviu de impulsionamento para o fenômeno do negacionismo no tempo presente, como uma estratégia ideológica da extrema-direita a fim de mobilizar ressentimentos de ódio à esquerda, ataque às Universidades e ao conhecimento e a desqualificação da política construída pelos oligopólios midiáticos (Lima, 2015, p. 99).

Outro ponto pertinente para ser debatido é em relação às práticas de tortura executadas pela polícia política do período ditatorial, tema recorrente entre as correntes negacionistas, como será pontuado a seguir. O crime de tortura esteve presente durante todo o regime ditatorial brasileiro cotidianamente, atingindo presos políticos e presos comuns também.

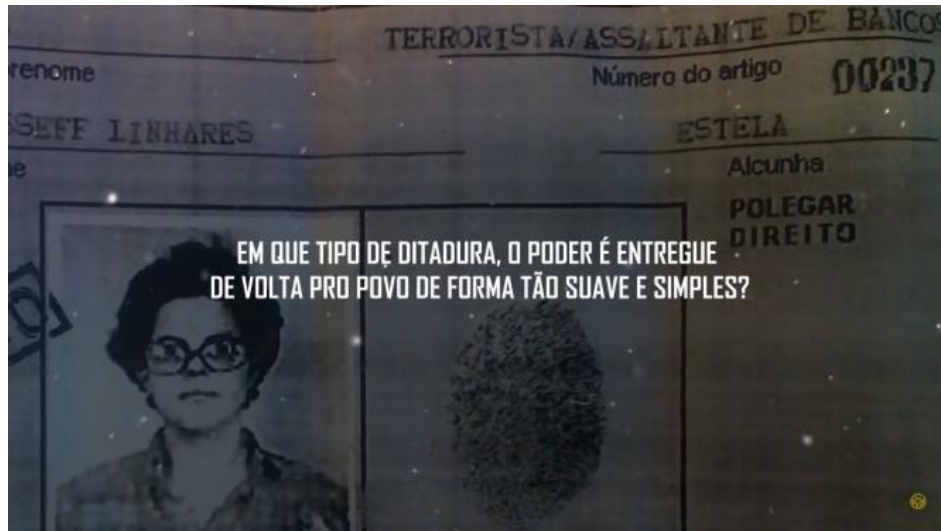
Contudo, a tortura foi negada pelos militares e jamais admitida como política sistemática do regime ditatorial. “A partir do momento em que não se pôde mais negar sua existência, os militares brasileiros passaram a justificar o seu emprego, afirmando que no Brasil houve “casos isolados”, “excessos” ou “práticas que não se caracterizam como tortura”” (Bauer, 2014, p. 158). Exemplo disso, é uma passagem do livro “A Verdade Sufocada” do Coronel Ustra, um dos símbolos da tortura no Brasil. Vejamos:

“Nossos acusadores reclamam com frequência de nossos interrogatórios. Alegam que presos “inocentes” eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam de nossas invasões nos “aparelhos”, sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo, amparado nas leis normais, elaboradas para um cidadão comum. Os terroristas não agiam como cidadãos comuns. As medidas de exceção como o AI-5, a suspensão do habeas-corpus, a incomunicabilidade por 30 dias, a Lei de Segurança Nacional e outras, tão criticadas, foram necessárias para dismantelar as organizações terroristas” (Ustra, 2007, p. 317).

Dessa forma, evidencia-se a narrativa de negação e abrandamento dos crimes de tortura cometidos no período ditatorial, utilizando o argumento recorrente entre os militares de que apenas terroristas eram torturados e que essa prática era um “mal necessário” para combater o comunismo no Brasil. Inclusive, essa foi uma justificativa utilizada no vídeo do canal “Lobo Conservador” intitulado “O Regime Militar foi uma Ditadura?” (Lobo Conservador, 2017), no qual o canal e seus produtores fazem uso de recurso iconográfico para afirmar que a Dilma Rousseff foi presa e torturada por praticar atos terroristas,

como consta na sua ficha criminal do período, como pode ser visto na imagem abaixo retirada do vídeo em questão.

Figura 1 - Imagem retirada do vídeo "O Regime Militar foi uma Ditadura?" do canal "Lobo Conservador" no Youtube.



Fonte: Lobo Conservador, 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=Y2NGwlpESHs&t=73s>

Como pode ser visto na imagem acima, retirada do vídeo do canal em análise, os produtores utilizam a ficha criminal da ex-presidente Dilma Rousseff que foi presa e torturada durante o período ditatorial por participar de movimentos militantes em oposição à Ditadura. Ao utilizar a ficha criminal da mesma, contendo o motivo da prisão no canto superior direito da imagem “terrorista/assaltante de bancos”, o canal busca trazer credibilidade ao seu argumento de que “quanto à questão da tortura, pouquíssimos casos de tortura são comprovados, mas a tortura só era utilizada em casos extremos. E mesmo que não pareça justificável, aqueles que dizem ter sido torturados não o foram por qualquer besteira, mas sim por atos terroristas” (Lobo Conservador, 2017, 4m06s).

Porém, essa foi uma das formas encontradas pelos militares para serem absolvidos dos crimes cometidos e executarem um conjunto de estratégias argumentativas que promovam o abrandamento e a atenuação desse passado violento e repressivo. Pois, é comprovado por meio das fontes históricas e testemunhos que uma infinidade de pessoas políticas e civis também, foram vítimas do crime de tortura praticado pelo Estado brasileiro entre 1964 e 1985.

“A tortura não foi aplicada somente em militantes de organizações clandestinas, mas também aos opositores políticos em todos os graus, identificados como “inimigos”, “subversivos” e “terroristas” – um outro –, o que evidencia o terror ideológico e seu objetivo de destruir ou neutralizar determinados grupos. Primeiramente, as definições são mais restritivas e a repressão acaba atingindo um círculo mais limitado de opositores; posteriormente, esses conceitos tornam-se mais permeáveis e o aparato repressivo passa a combater um número maior de dissidentes” (Bauer, 2014, p. 157).

Nessa passagem do texto da Caroline Bauer (2014), fica explícito o caráter massivo da prática da tortura durante a Ditadura, atingindo desde opositores ao governo a estudantes, mulheres e até mesmo crianças. Pois, “quanto às faixas etárias dos grupos atingidos pela prática da tortura, tratou-se de um método utilizado em bebês, crianças e adolescentes” (Bauer, 2014, p. 160-161). Não apenas tortura física, mas tortura psicológica era amplamente aplicada, muitas crianças viram seus pais sendo torturados e violentados.

Outra tese negacionista recorrente na esfera pública é que a tortura só foi amplamente aplicada no período após o Ato Institucional nº 5 no ano de 1968, durante o governo Costa e Silva, e que o governo Castelo Branco havia sido mais ameno em relação aos outros. Todavia, o governo castelista foi conivente com a tortura desde os primeiros momentos após o golpe, além de ter decretado o Ato Institucional nº 2, assinou a Lei de Segurança Nacional, fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva (Fico, 2004, p. 33).

Ademais, um ponto muito repetido nas memórias de militares é de que a tortura seria responsabilidade exclusiva dos subordinados e que os militares gerais não aprovavam ou compactuavam com a repressão violenta. Porém, essa versão não se sustenta, especialmente no período após o AI-2 e, principalmente, o estabelecimento do Sistema Codi-Doi, responsável pelos principais casos de tortura e violência (Fico, 2004, p. 35). Assim, “não se deve confundir a independência operacional com que trabalhava a polícia política com uma suposta autonomia em relação aos oficiais-gerais. A tortura e o extermínio eram aceitos pelos comandantes e governos militares, como hoje já se comprovou” (Fico, 2004, p. 35).

Logo, a violência e a repressão a militantes de esquerda, estudantes e civis comuns era prática constante do regime ditatorial desde os primeiros

momentos após o golpe. Muitos assassinatos eram encobertos por meio de desaparecimentos, laudos falsos como o caso do jornalista Vladimir Herzog e simulações de fugas de presos. Os desaparecimentos faziam parte de uma solução pensada pelos órgãos de repressão com a finalidade de desobrigar o governo e as autoridades de disponibilizar qualquer informação oficial sobre as vítimas desaparecidas.

Assim, a partir de 1971, em vez de apenas forjar incidentes e fugas para justificar as mortes por tortura, a Ditadura passou a instituir o desaparecimento como uma técnica de encobrimento dos crimes cometidos. Em um primeiro momento, os militares providenciavam o desaparecimento físico dos torturados, por meio de incineração ou esquartejamento dos corpos, depois organizavam um aparato de contrainformação para despistar os familiares (Napolitano, 2021, p. 135).

Outra questão sobre a Ditadura Militar muito debatida na cena pública é a de que a sociedade em peso rejeitava o governo de João Goulart e concordou com o golpe antidemocrático dos militares em 1964. Porém, segundo uma pesquisa do Ibope¹ realizada em março de 1964 sobre as intenções de voto da população e a popularidade do então Presidente João Goulart, demonstra que Jango tinha uma aprovação favorável na opinião pública das grandes capitais do país, com 45% de “ótimo” e “bom” na avaliação do seu mandato, 49% das intenções de voto para as próximas eleições em 1965, que foram interrompidas pelo golpe, apenas 16% consideravam o governo “ruim ou péssimo” e 59% concordavam com as reformas de base anunciadas por João Goulart (Reda, 2003).

De acordo com o historiador Marcos Napolitano (2021), “a imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanhos e matizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou, ao menos, pela “opinião publicada”” (Napolitano, 2021, p. 47). Ou seja, na perspectiva do intelectual, assim como em outros períodos da história do país, a opinião publicada pela grande mídia não era, necessariamente, a opinião pública predominante.

Esse argumento do Napolitano (2021) nos ajuda a esclarecer uma série de negacionismos sobre esse tema pois, a imprensa jornalística tradicional,

¹ Essa pesquisa do Ibope nunca foi divulgada pela imprensa e foi descoberta apenas em 2003 no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth, da Unicamp.

personificada em grandes grupos de mídia, como o Grupo Globo, foi um elemento essencial para a efetivação do golpe e a perpetuação do regime ditatorial no Brasil, concedendo apoio durante uma parte significativa do período de vigência da Ditadura.

Outro ponto importante, já discutido ao longo deste artigo é a influência da imprensa e da propaganda sobre essas pessoas. Pois, assim como o discurso anticomunista se propagou na opinião pública muito pela atuação da imprensa, a opinião pública também sofreu interferência da opinião publicada nos jornais, propagada nas rádios e demais veículos de comunicação.

Dessa maneira, o panorama que se criou pela imprensa foi de que a população em massa apoiou o golpe e concordou com a deposição de Jango, o que, como podemos constatar através da pesquisa do Ibope mencionada anteriormente, não foi exatamente um fato concreto. Da mesma forma que, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tida como o grande momento de apoio popular ao golpe, mobilizou cerca de 1 milhão de pessoas, sendo a população total do Brasil nos anos 1960 em média 70 milhões de pessoas², ou seja, estavam presentes menos de 2% da população total do país na Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

De fato, o regime ditatorial teve algum apoio popular, tanto que é chamado de Ditadura civil-militar, até porque, os militares tinham consciência de que não seria viável governar um país de dimensões amplas e multifacetado como o Brasil sem o mínimo de respaldo da sociedade civil. Então, a Ditadura, através de fortes campanhas midiáticas, conseguiu possuir alguma aceitação social, principalmente da classe média, “que tinha sido a massa de manobra que legitimara o golpe “em nome da democracia”” (Napolitano, 2021, p. 71).

Todavia, a questão primordial a ser compreendida aqui é que esse apoio não foi majoritário, como muitas narrativas negacionistas presentes na cena pública afirmam, inclusive aquelas, presentes nas produções do canal “Lobo Conservador”, como foi possível observar ao longo dessa pesquisa. Assim, diante do exposto e dos dados apresentados, percebe-se que o apoio popular ao regime ditatorial não foi majoritário e, se deu por um grupo social e setores

² Dado retirado do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>. Acesso: 01 out. 2023.

específicos da sociedade, como a classe média, a elite burguesa e parte da Igreja Católica.

Por fim, é de suma relevância ressaltar que meu objetivo neste artigo não foi, de maneira alguma, discutir ou debater com os negacionistas, pois devemos sim, estudá-los, refletirmos sobre eles, mas jamais argumentar com eles (Vidal-Naquet, 1988). Então, deixo claro o meu propósito nesse artigo de pensar sobre a prática da negação na contemporaneidade, analisar os textos dos negacionistas e questionar seus métodos e correntes, mas em momento algum igualar a discussão historiográfica e acadêmica aos métodos do negacionismo.

Considerações Finais

Portanto, esse artigo se propôs a pensar sobre os usos públicos e políticos do passado por grupos conservadores e extremistas que produzem discursos negacionistas sobre a historicidade da Ditadura Militar brasileira e assim, colocam em disputa parte da produção historiográfica sobre o período. Discursos esses, amplamente disseminados e compartilhados nas plataformas digitais e que se materializam na sociedade, seja no âmbito político e econômico ou nas salas de aula, por exemplo.

Para realizar a atividade e alcançar os objetivos da pesquisa, foram transcritos e analisados vídeos de viés negacionista do canal “Lobo Conservador”, bem como estudadas as conjunturas que tornam a Internet e, especificamente, a plataforma Youtube, campos propícios à proliferação de teses negacionistas e de fácil adesão popular. Como pontuado no início desse artigo, a Internet tornou-se o cenário ideal para a disseminação de negacionismos da Ditadura, como procurei demonstrar.

No mais, o próprio termo negacionismo foi amplamente estudado, desde a sua concepção até suas mutações sofridas no tempo presente. Como foi evidenciado ao longo da pesquisa, o termo, que antes se referia apenas a um tipo de negacionismo, passou na contemporaneidade, a abranger negações e falseamentos sobre inúmeros temas históricos e científicos, desde o passado ditatorial até as vacinas.

Um ponto de inflexão importante também foi analisado na pesquisa, a própria historiografia sobre a Ditadura Militar brasileira. Afinal, não é possível pensar em negacionismo da Ditadura sem um amplo conhecimento sobre a

historiografia do período, por isso, foram analisados alguns mitos negacionistas sobre esse passado sensível e debatidos com base em historiadores e historiadoras especialistas nos estudos sobre o regime autoritário.

No mais, é evidente o debate histórico travado por não profissionais da história em espaços não acadêmicos sobre assuntos cruciais para a democracia. Isso acaba por trazer graves consequências à sociedade, como influenciar negativamente a consciência nacional sobre temas de importância histórica para o Brasil, os quais, na maioria das vezes, são discutidos de forma rasa e negacionista, com contestações pouco embasadas cientificamente e ligadas a cunhos ideológicos que visam enfraquecer as abordagens acadêmicas sobre o tema. Por conseguinte, isso afeta diretamente o ofício do historiador, assim como coloca a produção historiográfica em constante disputa.

Afinal, o que fica claro diante do exposto é que existem inúmeras adversidades estruturais sobre as formas como a sociedade lida com o passado e as maneiras como esse passado é trabalhado na esfera pública possui ligação direta com os procedimentos de educação histórica e, como consequência disso, os negacionismos também vem sendo influenciados pelos rumos desses processos de letramento histórico. Assim sendo, uma problemática central, para além das disputas políticas em torno do passado, é a própria compreensão sobre os elementos estruturantes da produção do conhecimento histórico, que determinam a forma como os sujeitos interpretam e reproduzem as informações sobre o passado (Meneses, 2024, p. 310).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALZA, Guilherme. **Depois de cancelar atos sobre ditadura, Lula desiste também de Museu da Memória e dos Direitos Humanos.** G1 POLÍTICA, 2024.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2024/03/19/depois-de-cancelar-atos-sobre-ditadura-lula-desiste-tambem-de-museu-da-memoria-e-dos-direitos-humanos.ghtml>> Acesso em: 03 jul. 2024.

BAUER, Caroline. **Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira.** Campo Grande: Albuquerque: revista de História, v. 6, n. 11, p. 153-187, jan/jun. 2014.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história.** Antíteses, vol. 2, n. 4, pp. 1097-1123, jul-dez., 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

LIMA, Venício. **A direita e os meios de comunicação.** In: CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 91-113, 2015.

LOBO CONSERVADOR. **O Regime Militar foi uma Ditadura?** Youtube, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y2NGwlpESHs&t=1s>>. Acesso: 1 maio 2023.

MEIRELES, Maurício; GENESTRETI, Guilherme. **Brilhante Ustra é o sexto autor de não ficção mais vendido do país.** FOLHA DE SÃO PAULO, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/06/1777921-brilhante-ustra-e-o-sexto-autor-de-nao-ficcao-mais-vendido-do-pais.shtml>>. Acesso: 12 ago. 2023.

MENEGAT, Rodrigo. **Bolsonaro mencionou a ditadura em 1/4 de seus discursos como deputado.** ESTADÃO, 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/politica,bolsonaro-mencionou-a-ditadura-em-14-de-seus-discursos-como-deputado,982285>>. Acesso: 14 fev. 2023.

MENESES, Sônia. **Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a História.** In: KLEM, Bruna; PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei (Org.). *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro.* Vitória: Milfontes, p. 43-55, 2020.

MENESES, Sônia. **Um novo negacionismo? A Ditadura Militar brasileira e a problemática da negação na cena pública brasileira (1993-2019).** In: JÚNIOR, Carlos Zacarias; PEREZ, Rodrigo; GEMINIANO, Wagner. (Org.). *Entre revisionistas e negacionistas: usos e abusos políticos do passado.* Rio de Janeiro: Autobiografia, p. 283-314, 2024.

MENESES, Sônia. **Uma história ensinada para Homer Simpson: negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade.**

Revista História Hoje, v. 08, p. 66-88, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Niterói: Eduff, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2021.

NICOLAZZI, Fernando. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública.** Revista História Hoje, v. 8, n. 15, p. 203-222, 2019.

PRESTES, Anita Leocadia. **Viver é tomar partido: memórias.** São Paulo: Boitempo, 2019.

QUADRAT, Samantha. **A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).** Varia História, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 21-41: jan/jun 2012.

REDA, Paulo. **Jango tinha apoio popular ao ser deposto em 64, diz pesquisa Ibope.** FOLHA DE SÃO PAULO, 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200307.htm>>. Acesso: 15 set. 2023.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico.** Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, C. L. **Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia.** Tempos Históricos, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 195-228, 2012. DOI: 10.36449/rth.v2i1.6865. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/6865>. Acesso em: 2 set. 2023.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Brasília: Editora Ser, 3 ed., 2007.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. **Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de pesquisa.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 42, nº 87, 2021.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo.** Campinas: Papirus, 1988.

Gabriela Cruz Abreu

Mestranda em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, na linha de pesquisa Cultura e Sociedade e no setor temático História Contemporânea II. Bolsista pela CAPES. Membro do Laboratório de Pesquisa em História Oral e Imagem - LABHOI. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Desenvolve pesquisas na área de História do Tempo Presente, História Pública, História e Mídias, Negacionismos e Ditadura Militar.

Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5072315233157462>
